

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 14

3 de setembro de 2020

(15:36 h – 17:31 h)

Ordem do dia: Audição do Presidente da Associação Empresarial Penedo do Granada e Médio Zêzere, Dr. António José Figueira Domingues

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Hugo Costa (PS)

José Rui Cruz (PS)

Paulo Leitão (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior.

Eram 15 horas e 36 minutos.

Esta reunião ordinária destina-se à audição do Sr. Dr. António José Figueira Domingues, na qualidade de Presidente da Associação Empresarial Penedo do Granada e Médio Zêzere, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Sr. Doutor, seja bem-vindo, obrigado pela sua presença. Presumo que esteja na sua convocatória, mas, de todo o modo, para esclarecer até quem nos ouve, informo que teremos uma primeira ronda de perguntas com intervenções de 8 minutos por cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta/resposta; haverá, caso os grupos parlamentares assim o entendam, uma segunda ronda com intervenções de 5 minutos, todas seguidas, e a resposta será dada no fim; se necessário, haverá, ainda, uma terceira ronda com intervenções de 3 minutos por cada grupo parlamentar e, eventualmente, de 2 minutos por Deputado que queira fazer algum pedido de esclarecimento adicional.

Também é hábito, nestas audições, ser concedido ao depoente um período de 10 minutos para, caso queira, fazer algum enquadramento ou declaração inicial. Se entender não necessitar disso, passaremos imediatamente à audição.

Pergunto-lhe, então, se pretende usar da palavra.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues** (Presidente da Associação Empresarial Penedo do Granada e Médio Zêzere): — Pretendo, sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde. Agradeço, naturalmente, o convite para aqui estar hoje, que muito me honra.

A minha pretensão é a de clarificar e de esclarecer, se for possível, dentro, naturalmente, do meu conhecimento de causa da situação.

Comunico, desde já, que se trata de uma matéria de extrema sensibilidade. Estamos a falar de Pedrógão, mas, claramente, não foi só Pedrógão, porque estamos a falar de toda uma região onde esta calamidade nos assombrou e onde caiu tudo de um momento para o outro. Não deixo de me recordar onde estava. Eu estava na parte da frente da minha casa, com vista para o centro da vila, para o Campo Municipal de São Mateus, quando o chefe de divisão me ligou, porque o incêndio praticamente lavrou toda a parte à volta desse campo. Aliás, eu, na altura, também estava como Presidente do Recreio Pedroguense e ele ligou-me por causa da questão do acesso ao campo.

Aconteceu um episódio muito caricato. Ao meu lado, estava a minha esposa e estava aquela chuva muito seca, com uma ligeira trovoada, quando nos deparámos com tudo o que estava a acontecer à nossa volta, quando foi a calamidade em que, como todos vós sabeis, de um momento para o outro, olhando para a direção de Figueiró, Coimbra e mesmo o concelho da Sertã - portanto, aquela zona toda de Figueiró —, estava, praticamente, todo o horizonte completamente assombrado por chamas e fumo.

Eu tinha o meu filho mais velho, na altura, numa competição de natação, em Espanha. A vila estava completamente repleta de fumo e posso dizer-vos que, no final do dia, só havia dois pontos onde tínhamos acesso ao *Wi-Fi*, que era a forma como estávamos a tentar entrar em contacto com ele, no sentido de alertar as equipas que vinham de Espanha para Portugal para não passarem por Pedrógão, mas para se desviarem por Tomar. Havia, então, dois pontos de acesso ao *Wi-Fi*: para quem conhece Pedrógão, era a Casa Municipal da Cultura de Pedrógão Grande, em pleno centro, e o alto do monte da Nossa Senhora da Confiança, já no concelho da Sertã. Felizmente, conseguimos.

Ainda me recordo das palavras de um elemento do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), que estava a socorrer uma jovem bebé, ao pé do mercado, que felizmente acabou por sobreviver. Aliás, foi o mesmo bombeiro do INEM que tratou do bombeiro da proteção civil de Castanheira de Pera – e o seu nome foi muito falado –, conhecido pelo Assa, que, infelizmente acabou por falecer – e, segundo ele, até teria tido melhores condições de sobrevivência.

Isto para dizer o quê?! Estamos a falar de um momento que nos assombrou, como demonstra o facto de ainda hoje estarmos aqui e de eu estar aqui, em particular, a relembrar este episódio. Queria frisar, de facto, que não foi só Pedrógão, foi a região. Foi muito doloroso para todos. Pessoalmente, não posso dizer que tenha tido familiares que, direta ou indiretamente, sofreram mortes ou fatalidades. Naturalmente, perderam-se terrenos, mas isso, pronto. A vida é vida e é a coisa mais preciosa que temos. Conheço muitos amigos, amigos de amigos, familiares e familiares de amigos que, infelizmente, não tiveram tanta sorte. Entes queridos e pessoas conhecidas faleceram com esta calamidade. Aponte um episódio que aconteceu, que penso ser, na generalidade, daquilo que é público. A situação é o que é.

Queria dar uma palavra de apreço, de sentimento partilhado — porque o é — e de sofrimento a todas aquelas pessoas que se perderam ou que perderam os seus entes queridos como resultado destes incêndios. É uma coisa que me pesa muito, pessoal e particularmente, pelo que não queria deixar de registar isso.

No que tem a ver com a parte da associação empresarial, esta é uma entidade cujo nascimento testemunhei em 1998. Algumas pessoas que estiveram nessa fundação ainda hoje estão no ativo, no setor empresarial e não só. Eu fiz parte de alguns órgãos sociais durante esse período de vigência, até 2010, período em que a coletividade estava em vias de encerrar. Aliás, até havia uma notificação da ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) para proceder ao encerramento da coletividade. Por decisão nossa e da direção, pegámos na coletividade da qual sou Presidente desde 2010.

É uma coletividade que, em termos expressivos, não é aquilo que podemos pensar de uma grande associação empresarial, porque não é o caso. É uma pequena coletividade que trabalha maioritariamente com os pequenos comerciantes e que tenta dar alguma resposta. Mas uma resposta em que sentido? Naquele que tem sido, efetivamente, mais o seu papel: a procura constante em ter um papel cooperativo, colaborativo e participativo na vida e no dia a dia do nosso concelho, das várias instituições e mesmo da própria região, sempre que solicitado.

Tentamos, também, pela via da formação, dar alguma resposta pelo PO ISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), dar alguma formação efetiva às pessoas ou às pequenas e médias empresas no sentido de tentar valorizá-las e aos recursos humanos. É que, em Pedrógão, na sua esmagadora maioria, estamos a falar de pequenas empresas familiares, não de grandes grupos empresariais, tal e qual como temos nos grandes centros.

Também temos tentado dar alguma resposta no que tem a ver com a parte da consultoria, sempre que requisitado. Aliás, na associação

empresarial, estamos a falar de um valor simbólico de 10 €, para quem trabalhamos. Se alguém nos abordar nesse sentido, temo-lo feito. Temos trabalhado alguma coisa com a Confederação do Turismo de Portugal, no âmbito do papel do turismo na região, do turismo rural.

Ou seja, a nossa pretensão é a de, dentro das nossas limitações, no enquadramento da região, tentar dar alguma resposta, sabendo que há ali muitas limitações.

A associação ainda se mantém — como disse, estou lá desde 2010 —, com muita dificuldade. A determinada altura, sentindo aquilo que foi, e é, uma constante preocupação, além das limitações e restrições, mesmo da parte do tecido empresarial e do comercial — diria até muito mais do comercial —, até optámos por retirar a quota. Portanto, todo o trabalho que desenvolvemos é de uma forma gratuita, benemérita. Tentamos dar uma resposta, colaboramos com quem nos procura, no sentido da entreatajuda, tentando, dentro do possível e das nossas limitações, dar algum contributo para a nossa região e para a população residente na nossa região.

É isto que tinha a dizer para já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Vamos dar início à audição. Na impossibilidade momentânea de o Sr. Deputado João Pinho de Almeida estar presente, por estar na comissão imediatamente ao lado da nossa, daremos início a esta audição com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que irá dividir a sua primeira intervenção entre o Sr. Deputado Hugo Costa e o Sr. Deputado José Rui Cruz.

Sr. Deputado Hugo Costa, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Doutor, Presidente desta associação empresarial, e saúdo, na sua pessoa, todas as empresas e todo o esforço empresarial do concelho de Pedrógão. Bem

sabemos que, no interior do País, neste tipo de concelhos, o tecido empresarial tem a sua dimensão essencialmente em pequenas e médias empresas, como muito bem disse.

Percebemos, obviamente, que os dramas pessoais decorrentes dos incêndios consomem certamente mais as pessoas de Pedrógão, contudo, esta Comissão de Inquérito tem como base os apoios públicos no momento pós-incêndio. Não se trata, portanto, de estarmos a debater os incêndios, não retirando, obviamente, importância ao drama pessoal e ao drama das vítimas, que, para nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é central, contudo, estamos a discutir os apoios e as perguntas feitas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista irão nesse sentido.

Em primeiro lugar, uma vez que representa uma associação empresarial do concelho de Pedrógão, pergunto-lhe quantas empresas no concelho de Pedrógão foram afetadas diretamente por este incêndio.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, relembrando a realidade de Pedrógão, como disse, a associação empresarial propriamente dita, dentro da sua área de função, trabalha em maior proximidade com a parte da área comercial e não tanto com a empresarial.

Para fazer um enquadramento sobre a realidade do nosso concelho — o Sr. Deputado e, de certeza, alguns aqui conhecerão —, a maior entidade empregadora na altura era a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande. Aliás, a sua unidade de cuidados continuados passou a ser a maior entidade empregadora, passando para segundo plano o município de Pedrógão. Hoje, acho que se terá invertido essa situação.

Olhamos particularmente para o quê?! Podemos, por exemplo, olhar para a Enerpellets, mas com a Enerpellets, não sei porquê, temos tido sempre alguma dificuldade em fazer um ponto da situação. Não quer dizer que não tenhamos feito os contactos – aliás, da última vez, até fiz um contacto direto com um engenheiro - mas, de facto, temos tido alguma dificuldade em ir além de uma comunicação meramente telefónica. Esta foi uma das empresas que sofreu com os incêndios, mas, neste momento, penso, está em pleno funcionamento.

Houve, também, na zona de Vila Facaia, uma serração que ardeu, mas, neste momento, está a operar, mas que, como disse, não é associada da associação empresarial.

Temos um lagar na zona da Graça, na zona industrial, que, na altura, sofreu as repercussões dos incêndios, mas também está a laborar na íntegra.

Há, ainda, uma serração na freguesia de Pedrógão, na zona da Derreada, que penso estar, neste momento, com alguma retoma.

Isto para dizer o quê?! Fora do âmbito claro da associação empresarial — que é mais a área comercial —, estou a falar de outras entidades que não são, efetivamente, associadas da coletividade e falo delas segundo o meu conhecimento daquela que é, infelizmente, a realidade do nosso concelho. Há pouco, estava a falar daquelas que, na minha ótica, têm maior dimensão e refletem o maior contributo para o índice ou, pelo menos, para o desenvolvimento do nosso concelho.

De resto, podemos sempre pegar na outra faceta do interior — mesmo neste ano notou-se uma clara procura —, que é o turismo rural. O turismo rural, de facto, pode ter, num ano de incêndios, naturalmente sofrido alguma procura efetiva daquela que era a sua oferta, mas não tenho conhecimento de uma situação em particular em que tenha havido uma calamidade.

Como estava a dizer ao Sr. Deputado, trabalhamos maioritariamente com o tecido comercial, pouco que seja, e que, digo-o com toda a

sinceridade, também está a desaparecer gradualmente, isso todos o sabeis, pelo próprio envelhecimento, pelo abandono e desertificação. Temos essa dificuldade e também a dificuldade neste sentido: é convencer as pessoas que estão numa determinada idade em que têm muita hesitação. Mesmo havendo apoios efetivos, hesitam muito ir para além daquilo que já é o seu dia a dia.

Por exemplo, falo da minha sogra, que tem uma loja com cento e tal anos em Pedrógão, em pleno centro. Ela tem 82 ou 83 anos, ainda está, por opção dela, a trabalhar, ainda tem a porta aberta e todos conhecem a loja pela loja Aidinha. De facto, isto é muito aquilo que tipifica em parte, embora também com algumas alterações recentes — não farei para já esse enquadramento —, mas, por exemplo, a questão da estrada nacional n.º 2 foi um cartão de visita excelente, porque se notou, claramente, um movimento, não só em Pedrógão, mas também na região propriamente dita.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado Hugo Costa, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Compreendendo também o facto de, até por as empresas não serem suas associadas, não ter esses dados, importava para nós perceber se, na sua opinião, os apoios públicos e as respostas públicas a essas empresas funcionaram de forma correta. Na parte empresarial os documentos tipicamente dizem que os apoios funcionaram bem. O Sr. Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, por exemplo, disse que na parte empresarial do seu concelho a situação tinha corrido bastante bem.

Mas questionava se tem conhecimento de que as empresas que foram afetadas tiveram ou não apoios.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Do meu conhecimento, é claro, da realidade do nosso concelho até lhe posso reforçar esta situação: no nosso concelho, embora, por vezes, a gente possa falar na questão das redes sociais, dos *e-mails*, dos telefonemas, muito trabalho é feito porta a porta.

Posso dizer-lhe que, não só no nosso concelho propriamente dito, mas há um trabalho que eu costumo fazer... Houve até um ano em que me dei a esse trabalho de começar com o Politécnico de Castelo Branco e de ter concluído em Figueiró dos Vinhos, ou, aliás, eu diria, até Leiria, com o Politécnico de Leiria, onde fiz um trabalho com as escolas, com os diretores de escolas, com as empresas, no sentido de tentar perceber o que lhes ia na alma.

E, claramente, aqui não podemos dizer o contrário porque, efetivamente, como disse há pouco, neste momento essas entidades que mais foram afetadas pelos incêndios estão a laborar, pelo que, aí, eu só posso deduzir, embora desconhecendo claramente qual o meio – mas, naturalmente, isso estará implícito –, com algum apoio estatal.

Eu desconheço os valores ou os montantes para os procedimentos, mas, pelo menos, aquilo que eu posso aqui dizer é que, efetivamente, essas instituições, seja pela via do financiamento público, do privado, ou por iniciativa própria, estão a laborar neste momento.

A questão do bom ou do mau uso, isso é importante. Por acaso, eu sempre defendi este princípio, Sr. Deputado. Os milagres vêm de dentro. Os fundos estruturais são uma componente interessante, que podem ser uma mais-valia e servirem de uma forma de as entidades ou as pessoas poderem contribuir, valorizar e investir no seu empreendimento e na sua atividade propriamente dita, mas tudo faz parte da iniciativa das pessoas.

Resido em Pedrógão desde 1997/1998. Vivi uma boa parte da minha vida fora de Portugal, estou em Portugal por opção própria, estou em Pedrógão por opção própria, tenho uma relação de longa data, desde o 25 de abril, embora tenha vindo muito mais tarde, porque o meu sogro foi o primeiro presidente administrativo do concelho de Pedrógão Grande, pelo PS, na altura. Portanto, ele passou também por tudo o que é associação e eu também já passei por tudo o que é associação. Não quer dizer que eu esteja aqui a replicar aquilo que foi o seu percurso, mas foi o primeiro presidente de câmara administrativo pós-25 de Abril.

Aquilo que, infelizmente, denotamos claramente na região — não gosto de utilizar a questão da pobreza de espírito... E louvo algumas situações, de que também já lhe falo... Tenho um exemplo, que é o da Gesaúde, em Vila Facaia. Estamos a falar de um alto quadro dos hospitais de Coimbra que, entretanto, se reformou, fez lá um investimento com alguma envergadura, diria, emprega um número significativo de pessoas na área da saúde e tem sido uma grande mais-valia. É uma pessoa que retorna, que regressa a casa, que fez a sua aposta e que fez o seu investimento... Muitas vezes são essas pessoas que acabam por marcar a diferença.

Voltando àquilo que o Sr. Deputado estava a dizer e sobre aquelas situações de que lhe falei, da Enerpellets, da serração, do lagar, estas empresas, como lhe disse há pouco, estão a laborar e, penso, terá havido aqui algum apoio ou, então, uma significativa parte de apoio público. Agora, estar-lhe a dizer aqui se foi bem ou mal aplicado, com toda a sinceridade, lhe digo que o que interessa é que as coisas andem para a frente. Isso é o fundamental e o mais importante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderia estar mais de acordo com a sua visão de que o que é importante é o desenvolvimento económico da região e a importância de outras questões, como o turismo, a própria estrada nacional n.º 2. E não sendo eu do distrito de Leiria, mas sendo de uma região bastante próxima dessa zona, reconheço essa importância e também aquela mais-valia que nos é colocada.

Sr. Doutor, tem conhecimento dos apoios na área da agricultura que existiram no concelho de Pedrógão? Como é que correram, como é que não correram? Não sei se a sua associação tem associados do setor agrícola, mas aproveito para lhe colocar esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, nós não temos associados da área da agricultura. Aquilo que lhe posso aqui testemunhar é que há um nicho de mercado na área florestal e até, diria, na área agrícola propriamente dita. É um segmento de mercado e um nicho de mercado muito interessante que está, por acaso, a aparecer em toda a região para além do turismo rural.

Naturalmente que quem está mais com este setor... Como disse há pouco, sempre que somos chamados estamos lá para colaborar.

Falo aqui de duas coletividades em particular, sendo uma delas a Associação de Produtores Florestais de Pedrógão. O vice-presidente foi um dos fundadores da Associação Empresarial de Penedo do Granada e Médio Zêzere, tem uma loja de informática que está a laborar em Pedrógão há, sensivelmente, mais de 20 anos e que emprega pessoas da zona, alunos da escola profissional na área da informática. Ele está com um segmento de

mercado muito interessante, que é o da apicultura, que está em crescendo em termos de nicho de mercado.

Falamos também na questão dos mirtilos. Neste momento, há plantações de mirtilos.

Complementarmente, também se pode falar da Pinhais do Zêzere, que é uma associação de desenvolvimento. Essa associação — aliás, neste momento é o presidente do município que superintende e que é presidente dessa coletividade — engloba quatro concelhos, Pedrógão, Figueiró, Castanheira e Pampilhosa da Serra, e está mais direcionada, mais vocacionada para aquilo que é o desenvolvimento da região, inclusive nestes apoios e até nos apoios agrícolas na área do setor florestal.

Aquilo que também vos posso dizer aqui, e confidenciar, é que, infelizmente, as zonas de intervenção florestal têm tido alguma dificuldade em se implementarem e incrementarem na região, sabendo nós que constituem um fator-chave e muito importante para o futuro da região.

Então, até que essa barreira não seja ultrapassada ou contornada, haverá muita dificuldade na questão de se ir um passo mais além relativamente àquilo que é a gestão florestal. Não só na gestão florestal, mas, muito naturalmente, naquilo que é dito relativamente à questão da reconversão, da reestruturação... É que aquilo tem de ser tudo pensado. Aliás, dou-lhes um exemplo: eu próprio lembro-me — estamos a falar de um familiar meu — de que a estrada podia ficar, desculpem lá, direitinha a ficar com uma curva esquisita por causa de um pinheiro, pois a pessoa entendeu ou subentendeu que não queria cortar o pinheiro — nem era questão de pagar, até podia pagar, estamos aqui a brincar... Mas, seja como for, em vez de ficarmos com uma linha reta, acabámos por ficar ali com uma ligeira curva... E até se aproveitava, rentabilizava... Mas as pessoas estão muito reticentes e há muita reticência, muita dificuldade em saber o quanto é

importante fazer esta reestruturação. Tem de ser, efetivamente, uma reestruturação de fundo.

Sr. Deputado, até lhe posso acrescentar o seguinte: ainda há dias — não foi uma vez, foi durante quase meio ano — estive reunido, por causa de um projeto que tinha a ver com a parte de um centro de investigação na área da floresta, aliado e associado ao ensino superior, com o Politécnico de Leiria e com o Politécnico de Castelo Branco, até no sentido de fazer a ponte, e também com uma das maiores entidades empregadoras, isto é, estamos a falar de uma estrutura que emprega cerca de 130 pessoas em Oleiros, os Afonsos, que, aliás, ainda hoje me ligaram, porque estão com uma enorme dificuldade — essa é outra questão — em encontrar recursos humanos na área da engenharia mecânica. Têm, neste momento, enorme dificuldade em encontrar alguém e precisam de uma pessoa para ontem. E é com contrato, com garantias, com tudo.

Mas ele próprio disse-me o seguinte: Doutor, eu tenho os meus filhos, naturalmente eles é que vão herdar o meu negócio. O meu principal negócio é pinho e quando eu olho à volta para a nossa floresta não vejo futuro. Isso por tudo aquilo que vocês sabem: o problema do eucalipto.

Aquilo que também estava em causa nesse centro de investigação era a questão da possibilidade, em conjunto com o ensino superior, de desenvolver e explorar até as várias espécies de pinho que poderiam, eventualmente, virem a ser utilizadas na zona. Depois, vamo-nos debater com outro problema: espaços, terrenos... Porque há vontade.

Até vos digo o seguinte: na altura, tive uma reunião com ele e com algumas pessoas, em Oleiros, relativamente a um eventual investimento ou apoio — e o investimento até havia —, mas faltou tudo o resto, ou seja, faltou vontade para dar um passo em frente.

Voltando à questão principal da sua questão, Sr. Deputado, a APFLOR, a entidade que mais desenvolve o setor dos produtores florestais,

juntamente com a Associação Pinhais do Zêzere... Nós fazemos parte do GAL, que é o Gabinete de Ação Local, da Pinhais do Zêzere, e como disse, face à nossa estrutura, sendo procurados, vamos ao encontro damos o nosso melhor contributo.

O Sr. **Presidente**: — Tem de novo a palavra, Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda no contexto das florestas e da agricultura, mas, nomeadamente das florestas, até porque, pela sua resposta, percebi que está ligado ao setor, seria importante percebermos o seguinte: disse que existiam algumas dificuldades com as zonas de intervenção florestal, que penso serem dificuldades transversais, e aproveito para lhe perguntar se essas dificuldades têm a ver com as áreas, com as dificuldades de os próprios produtores chegarem aos acordos que são necessários a nível das zonas de intervenção florestal.

Também aproveito para lhe perguntar como é que, em sua opinião, correu o processo da questão do cadastro e da informação cadastral que teve lugar no pós-incêndio no concelho de Pedrógão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Srs. Deputados, nós nunca fomos achados nem tidos. Aliás, até reforço um outro ponto relativamente à questão de que estávamos há pouco a falar. Por exemplo, Miranda do Corvo tem uma particularidade — é um outro nicho de mercado —, que é a área da fruta. Mas em plena serra, em áreas que estão devidamente

reservadas, sendo, neste momento, um mercado muito interessante que está a surgir na região.

Quanto à questão dos apoios, tenho alguma dificuldade em responder, porque não fiz parte integrante do processo propriamente dito. Aquilo que sei, aquilo que vou testemunhando e nos contactos que vou tendo e aquilo que sei de pessoas que vão estando comigo, é que a dificuldade principal tem a ver, acima de tudo, com a questão das mentalidades.

Repare, como disse no início, é uma questão de mentalidade, é uma questão de cultura, é um histórico... As pessoas não estão muito aptas para mudança, ou não querem a mudança.

A crítica pode, por vezes... Não sei bem de que regiões do País é que alguns Srs. Deputados são, mas é fácil, politicamente falando, dizer: a culpa é do poder central. Mas a culpa não é só do poder central. Isto é, acabamos por ter todos alguma culpabilidade, porque mesmo se eu olhar para a região, talvez para alguns concelhos — porque estava a falar da questão do Dr. Rui Abreu, o Sr. Presidente de Figueiró dos Vinhos — as oportunidades e as potencialidades estão lá, mas há esta barreira e é preciso aceitar-se a mudança, porque só em conjunto — e quando estou a falar em conjunto estou a falar do poder autárquico, estou a falar, naturalmente, das instâncias intermédias, o poder central —, todos nós somos cúmplices neste processo.

E esta questão das mentalidades tem, claramente, de mudar. E até que isso não mude, vai haver uma enorme dificuldade em inverter aquilo que, infelizmente, está a acontecer na região, porque tem de haver risco.

Estamos a falar de regiões... Digo-vos isto com toda a sinceridade: faço parte de um outro organismo, que é fruto, naturalmente, do meu cargo enquanto Presidente da Associação Empresarial Penedo do Granada e Médio Zêzere, que é a Assembleia da União das Associações da Região de Leiria, do distrito de Leiria, de que sou presidente.

Esse grupo surgiu na altura, e há uma boa ligação também com a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria) e posso dizer-vos que houve, até, associações, como a NERLEI, que tentaram, de uma forma ou de outra, ajudar e dar um empurrão à região.

Penso que há muito pouco tempo conseguiram, em Figueiró, implementar uma associação na área do desenvolvimento, do investimento, que está ligada ao município de Figueiró dos Vinhos.

Como disse, esta é uma enorme dificuldade, se não a principal barreira. Eu próprio, como disse há pouco, quando estava a dizer que uma pessoa vai porta a porta, vai falando com as pessoas, vi que as pessoas estão cansadas, estão desgastadas, não estão crentes, estão numa determinada idade, nota-se, claramente, uma enorme baixa de autoestima e para tentar inverter e levantar novamente o ânimo destas pessoas é um processo muito difícil e tem sido muito difícil.

Portanto, Sr. Deputado, tudo isto se conjuga. Conjuga-se, naturalmente, com os financiamentos, com os apoios, com aquilo que é aproveitado ou não, com a questão de mentalidades... Mas, não havendo, claramente, uma vontade — se não uma enorme vontade — em inverter ali, logo *a priori*, pecamos por não aproveitar, naturalmente, as situações e as oportunidades que são concedidas e que são dadas à região.

Este processo só pode ser feito e só pode ser um caminho em conjunto, porque, caso contrário, é muito complicado. Mas também não se pode esperar que o milagre venha de cima; o milagre também de vir de baixo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Doutor, ponho uma última questão, antes de passar ao Deputado José Rui Cruz.

É uma questão que quero colocar-lhe, até enquanto cidadão do concelho de Pedrógão Grande, que tem a ver com o seguinte: por vezes, nesta Comissão de Inquérito, todas estas questões colocaram o próprio nome de Pedrógão Grande mal visto – aliás, ainda ontem aqui foi rebatida essa matéria.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista diz que, obviamente, a população de Pedrógão Grande não pode ser culpabilizada, não pode ser mal vista, por qualquer questão que possa ter corrido de forma menos correta e estamos aqui também para analisar isso.

Assim, queria perguntar ao Sr. Doutor como é que sente, enquanto habitante do concelho de Pedrógão, todas estas matérias.

O Sr. Presidente: — Pode responder.

O Sr. Dr. António José Figueira Domingues: — Srs. Deputados, fruto, como disse, da minha vivência dentro e fora de Portugal — não é só dentro de Portugal, também fora de Portugal —, na altura, e com a presença da Fundação Calouste Gulbenkian, quando se celebrou o concerto de Natal na própria igreja matriz, que é património nacional, em que o Sr. Presidente, conjuntamente com uma série de entidades oficiais, marcou presença, num concerto memorável, porque foi mesmo memorável, com todo o peso que havia em volta, em termos emocionais, porque, de facto, havia uma carga muito grande no ar, eu tinha uma comitiva de oito países, que estavam em Pedrógão no âmbito dos programas Erasmus, e lembro-me de ter pessoas do Canadá, dos Estados Unidos, da Ásia, da África, um bocadinho de toda a Europa, todos com peso e, naturalmente, deram o seu apoio, dentro do possível e com as devidas limitações, ao que era o pesar no nosso concelho.

Continuo a dizer isto: Pedrógão, e não só Pedrógão, a região — mas, também, quem sou eu para julgar esta situação? —, foi uma situação de que ninguém estava à espera, com toda a sinceridade.

Estar a dizer que alguém fez isto ou fez aquilo... Isto é tudo muito bonito depois do acontecimento, porque quem viveu aqueles momentos, peço desculpa, só queria era que aquilo passasse e que, no final e no culminar de tudo, estivessem as pessoas todas em segurança e bem., porque era essa a nossa principal preocupação.

Tendo em conta as pessoas com quem falei, e a imprensa, talvez tenha tido aqui também alguma culpabilidade. Pedrógão — e, peço desculpa, conheço bem a estrutura associativa e municipal do nosso concelho —, a região, não estava preparada para aquilo que lhes caiu em cima. Não estava preparada, não tinham os meios nem a resposta necessária para ir ao encontro... Não tinham, isso era impossível. Não tinham!

Por acaso, ontem, até estava em conversa com a minha esposa, que até como ela faz parte de um organismo público, e eu disse: mas quem é quem, para julgar quem quer que seja? É que também temos de olhar para nós e há que interiorizar, há que refletir sobre tudo aquilo que aconteceu, e, como vos disse há pouco, ninguém estava preparado. Pedrógão não estava preparado, Castanheira não estava preparada, Figueiró não estava preparado, mais tarde, Mação... Não havia estruturas efetivas!

A única coisa em que posso colocar um pouco o dedo — e já disse isto publicamente — é que deveria talvez ter havido um papel mais interventivo, diria, de organismos regionais, talvez pela mão de organismos nacionais ou do poder central. Mas se me perguntarem se a região estava preparada devo dizer que não estava, nem a câmara, não tinham os meios organizativos... Mas disso àquilo que, depois, transpareceu cá para fora, pela comunicação social, de que andavam a roubar isto e roubar aquilo... Reparem,

naturalmente que há sempre proveitos, mas, infelizmente, essa imagem passou um pouco.

Mas, com o tempo — e, como disse, falo com muitas pessoas de fora e falo, até, com muitas pessoas de Coimbra também —, não é essa a imagem que perdura. Acho que as pessoas acabaram por perceber e compreender que, efetivamente, aquele foi um momento para esquecer. Esquecer... Quer dizer, estamos sempre a aprender e aquilo nunca se deve ser esquecido, mas na vida isto é uma aprendizagem, mas oxalá que nunca se volte a repetir.

Mas se, infelizmente, ou naquela ou noutra região, suceder algo idêntico, ou próximo daquilo que sucedeu, que se façam as coisas de uma outra forma, porque não acredito — continuo a dizer isto — que ninguém ali, nenhum organismo tenha feito o seu melhor para que tudo corresse bem. Não acredito que tenha havido... Eu não acredito, verdadeiramente, que qualquer pessoa que esteve ali implícita — desde o bombeiro, ao comandante, ao diretor do centro de saúde, ao Sr. Presidente, ou ao Presidente da associação empresarial, ou ao Sr. Provedor, na altura, ou ao cidadão comum, ou à proteção civil —, não tenha tentado fazer o melhor possível para tentar minimizar os danos colaterais e o flagelo que nos assombrou na altura. Não acredito no contrário.

Acho que, na segurança social, todos terão feito, de certeza, o melhor. Mas estamos a falar de uma situação excecional, de um momento excecional, com condições excecionais, que estavam completamente fora de controlo, estamos a falar de situações nunca vistas e, como disse, oxalá que ninguém — nenhum de vós, aqui, nenhum familiar vosso — tenha de passar por aquela experiência. O meu único desejo é que isso nunca venha a acontecer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Rui Cruz, tem a palavra, para prosseguir a audição, em nome do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Presidente da associação empresarial de Pedrógão Grande e agradeço-lhe os contributos que nos trouxe aqui, a explicação que nos tem dado, aquilo que acrescentou em relação ao que já fomos ouvindo noutras audições que já tivemos nesta Comissão.

Estamos aqui a falar concretamente do que respeita os apoios do Estado na sequência dos incêndios de 2017 e no que está em causa em relação aos apoios que podem não ter sido devidamente aplicados, estamos a fazer o inquérito a esses mesmos apoios.

Sr. Doutor, enquanto presidente de uma associação empresarial de um pequeno concelho, de um dos concelhos onde esta tragédia se abateu, que esteve no centro desse primeiro furacão — depois tivemos outro, quatro meses mais tarde, em outubro, também na região Centro, sendo que, curiosamente, estive no centro dessa segunda tragédia e conheço muito bem, como disse, a particularidade e a violência dos acontecimentos que tivemos oportunidade, infelizmente, de viver, e percebo muito bem aquilo que acaba de nos transmitir.

Mas, como estava a dizer, enquanto presidente de uma pequena associação empresarial o que gostaria concretamente de lhe perguntar era o seguinte: o Estado, quando acontece uma situação destas, precisa de dar resposta, dentro das suas possibilidades, e, concretamente, no caso do seu concelho, do território pelo qual vem aqui responder, todas as empresas afetadas no seu concelho – e não só as filiadas ou inscritas na sua associação –, que seja do seu conhecimento, tiveram ao seu dispor meios e oportunidades para se candidatarem aos dinheiros que foram disponibilizados? Todas tiveram oportunidade de se candidatar, viram as suas candidaturas devidamente analisadas, tiveram, no terreno, os meios, nomeadamente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a avaliar essas candidaturas, estas foram devidamente avaliadas?

Qual é o balanço que faz ao trabalho que foi feito pela CCDRC na avaliação dessas candidaturas? Qual o balanço que faz da implementação dessas medidas de aprovação?

Gostaria também de saber se se mantiveram os postos de trabalho que essas empresas tinham e se, entretanto, enquanto ocorreram as obras em algumas dessas empresas, a segurança social teve intervenção, por forma a que os postos de trabalho não fossem perdidos, ou seja, gostaria de saber se houve medidas complementares da segurança social.

Para já, eram estas as perguntas que lhe coloco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, primeiro, acho que é importante que fique bem claro que a associação empresarial não teve nenhum papel de interveniente direto nesta questão dos apoios, ou dos subsídios, ou de como foram geridos, ou como foram aplicados. ou como não foram aplicados. Não tivemos rigorosamente nada e nunca fomos chamados... Isto não querendo dizer que não nos íamos apercebendo ou falando...

Aquilo que posso, efetivamente, dizer ao Sr. Deputado, é aquilo que é, pelo menos, do meu conhecimento, é o seguinte: houve, naturalmente, as informações públicas, ou ditas públicas, relativamente a concursos; houve candidaturas que foram desenvolvidas e foi dado conhecimento ao público em geral e às empresas, naquilo que foi o papel preponderante da parte do município com a CCDR, a unidade de desenvolvimento que esteve também na região, na altura, ou seja, houve aqui um papel, diria, até, mais exclusivamente entre o Sr. Presidente do município e a Dr.^a Paula Abrunhosa, ainda na qualidade de Presidente da CCDR, também com a

unidade de desenvolvimento que tinha a sua sede no centro do concelho de Pedrógão. Portanto, a informação circulava.

E voltamos à questão do que foi a minha resposta anterior: estamos a falar, pelo menos, de uma serração, da Enerpellets, de um lagar que, efetivamente, hoje estão a laborar. Do meu conhecimento do tecido empresarial comercial, associado ao nome do nosso concelho, estão a laborar devidamente. Agora, em que moldes é que esses dinheiros, esses apoios, ou esses fundos foram aplicados, não posso estar aqui a afirmar uma coisa que desconheço, porque nunca fiz parte desses processos. A única coisa que lhe posso dizer, claramente, é que houve toda uma circulação de informação.

A questão que também pode ser colocada é a do porquê de a associação empresarial não ter intervindo mais diretamente, embora pudesse... Quer dizer, não é intervir.... Quanto às candidaturas que saíram, já se pressupunha que fosse mais a Câmara a liderar esses processos e depois há a particularidade do tecido empresarial comercial das pequenas e médias empresas do nosso concelho.

O trabalho é feito muito junto dos gabinetes de contabilidade e, embora a associação empresarial possa disponibilizar apoio — e disponibilizámos, como disse há pouco, até na área das consultorias —, há uma preferência por trabalhar mais diretamente com os gabinetes contabilísticos.

Esses processos de apoios, como disse, foi a Câmara que teve um papel mais interveniente nos levantamentos e no que foi, depois, encaminhado para a CCDR, em sede de candidatura, e a unidade de desenvolvimento. Foram mais esses organismos que estiveram envolvidos.

Na questão da segurança social, também não posso dizer se estiveram presentes, ou se não estiveram presentes.... Acho que fizeram um papel interessante. A Cruz Vermelha terá feito um papel interessante. A Cáritas, dentro do seu papel social, também terá feito um papel muito interessante...

Penso que a ótica era, dentro do possível, tentar dar os meios, mas se o Sr. Deputado me perguntar qual foi o procedimento e qual foi o balanço não sei acrescentar mais do que aquilo que lhe disse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Não tenho mais nada a perguntar, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passamos ao Grupo Parlamentar do PSD e dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Leitão.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. António Domingues, começaria por agradecer a sua disponibilidade e a sua presença, hoje, nesta Comissão de Inquérito.

Antes de iniciar a nossa ronda de questões, relembro a trágica memória dos incêndios ocorridos em junho de 2017, que deixaram uma enorme perda ao nível da floresta, de propriedades agrícolas, de infraestruturas, de empresas, de habitações e, principalmente, de vidas humanas a lamentar.

Recordo que, de acordo com as recomendações internacionais e no âmbito da ajuda humanitária, o Estado deve organizar e coordenar a ajuda envolvendo as organizações não governamentais, a sociedade civil e as organizações intergovernamentais.

Esta ajuda deve ser célere e obedecer ao princípio da eficiência, evitando duplicações. Devem instituir-se sistemas de controlo que previnam situações de fraude e corrupção, garantindo, paralelamente, a divulgação

pública, transparente e aberta de forma a que os objetivos e resultados da ajuda sejam facilmente conhecidos pelos principais interessados.

Desta forma, o objeto da presente Comissão prende-se com o apuramento de responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios ocorridos em junho de 2017, não no sentido de transformar vítimas em criminosos, como já ouvi nesta Comissão, mas, sim, para garantir que as vítimas não o são duplamente, ou seja, vítimas desta grave tragédia dos incêndios e vítimas de uma incorreta gestão dos fundos e dos apoios da ajuda humanitária. Esta também é, assim, uma forma de homenagear as vítimas.

Começaria por lhe perguntar se poderia caracterizar — e penso que já aqui aflorou este ponto, referindo-se ao comércio — a tipologia dos associados da sua associação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, há pouco eu estava a exemplificar isso com a minha querida sogra, que tem uma lojinha em pleno centro da vila. Estamos a falar de uma pessoa que tem mais de 80 anos e que ainda tem cinco lojas de um comércio que herdou da família. Na ótica das pequenas e médias empresas, eu diria que a esmagadora maioria dos associados da associação empresarial são esses comerciantes.

Acaba também por aparecer aqui um novo nicho, pois, muito recentemente, estabeleceu-se lá uma pizaria, que está a funcionar muito bem, e uma hamburgueria muito interessante, na EN2, mas estamos a falar de pequenas empresazinhas onde estão a laborar uma ou duas pessoas...

Os contratos de arrendamento, e esse é também um problema em Pedrógão, são caríssimos, quase a preços de Coimbra, e, muitas vezes, essa é uma das críticas apontadas, porque as pessoas, às vezes, queixam-se de que

não se arrendam os espaços de comércio, mas esse é um outro problema que temos em Pedrógão.

Mas, como disse, estamos a falar na sua maioria, mesmo na zona industrial, porque até há quem não utilize o termo «zona industrial», mas, sim, «zona comercial», destas tais pequenas empresas, algumas a laborar fora do concelho, uma ou duas, pelo menos, que eu saiba, a nível nacional, naturalmente, a Enerpellets tem uma expressão macro, porque tem um mercado muito apetecível fora do nosso País, mas a esmagadora maioria dos nossos associados são os pequenos comerciantes, um segmento do nosso mercado local que, neste momento, está claramente a desaparecer.

Aliás, para quem conhece o centro do concelho de Pedrógão, até quase que vos poderia enumerar o número de lojas ou de comércio na zona central, ou seja, entre o local onde estive a unidade de missão, que é a zona dos bancos, até à igreja matriz, podem contar-se numa mão os estabelecimentos que ainda estão abertos: o estabelecimento da minha sogra; uma lojinha de crianças, que também acaba por ser dela; uma pequena churrasqueira; um café que está fechado... Portanto, no centro de Pedrógão Grande, são à volta de três estabelecimentos, mais uma florista, que estão abertos.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Do que pude perceber, a esmagadora maioria dos seus associados são da atividade comercial. Questiono se tem associados cuja atividade seja a indústria, a produção agrícola ou a produção florestal.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor de responder.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Não, Sr. Deputado. Tal como há pouco eu estava a exemplificar, existem no concelho três associações que desenvolvem claramente esse papel, nomeadamente a Pinhais do Zêzere, que é aquela associação de desenvolvimento de que fazem parte os quatro municípios — se não me engano, o atual Presidente do município é a pessoa que está à frente dessa associação —, e a APFLOR (Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande). Ou seja, são associações que, claramente, estão mais vocacionadas para esses segmentos de mercado.

Como já disse, na associação empresarial trabalhamos mais com o pequeno comerciante. Ao nível de uma Enerpellets, das serrações... como disse, por norma é isso. Mesmo a Enerpellets trabalha dentro do seu próprio grupo e não se abre assim com tanta facilidade a outros organismos locais.

Como disse, aquilo que tipifica, claramente, a nossa atividade é o pequeno comerciante do concelho de Pedrógão Grande. Do concelho e da região, se for o caso de sermos procurados ou solicitados para o efeito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Corrija-me se estiver enganado, mas há pouco fiquei com a perceção de que a associação não teve uma ação direta nas ajudas aos associados relativamente a candidaturas, a apuramento de prejuízos, caso tenham existido, ou a outras prestações de serviços no pós-incêndio, isto no âmbito das ajudas, públicas ou não, que ocorreram após a catástrofe de junho de 2017.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sim, o que o Sr. Deputado disse é verdade e daí eu ter estranhado... não é que esteja aqui contra vontade, pelo contrário; acho que, quer tenhamos tido um envolvimento mais ou menos direto, qualquer que tenha sido o nosso papel, é nosso dever e obrigação corresponder sempre que somos chamados para o fazer e todo o pequeno contributo que possa aqui dar.... Gostaria que, pelo menos, ficasse alguma coisa desta minha vinda a Lisboa e desta minha intervenção.

Porém, claramente, a associação empresarial nunca foi encontrada nem convidada para qualquer tipo de reunião que se compadecesse com a questão dos fundos, dos apoios. Não quer isto dizer que não tenhamos manifestado abertura e vontade para fazer parte integrante, mas, como disse, foi um processo que nunca passou sequer, nem de perto, pelas nossas mãos.

Aquilo que nos foi chegando, por vezes, foi o manifesto de alguma preocupação, desabafos de algum associado. Sempre que éramos solicitados, naturalmente que nos dirigíamos a quem de direito no sentido de obter uma resposta clara que pudesse solucionar o problema dessa pessoa, mas nunca mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não sei se fiquei com a perceção correta ou errada. Acho que temos de separar dois momentos distintos: um, que não é objeto desta Comissão, que foi a catástrofe em si; e outro, que é o objeto da Comissão, que se prende com as ajudas e com a forma como elas foram dadas a estes territórios.

Por vezes, das suas respostas, fiquei com a sensação de que considera que houve aqui alguma oportunidade perdida para Pedrógão e para estes territórios, mas corrija-me se fiquei com a perceção errada.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sim, Sr. Deputado, como lhe disse, e volto a frisar, nunca tivemos um papel direto interveniente.

Estamos a falar de regiões... Penso que há pessoas nesta sala que conhecem bem o norte do nosso distrito. Oportunidades não têm faltado e esta, mais uma vez... Não é no sentido prejudicial, mas, efetivamente, houve aqui uma grande oportunidade para tentar inverter algumas situações, provavelmente até de tentar procurar ajuda e de viabilizar determinadas propostas de solução de melhoria efetiva da região, porque, de facto, a região precisa mesmo de muita ajuda.

Agora, sabemos de antemão que isto também tem a ver com as características da região. A região tem de ser ajudada na questão da articulação, mas também não é a mim que compete dizer isso... Por exemplo, por vezes, até admiro alguns concelhos na questão de se articularem e de haver políticas de concertação estratégica. Esta também é uma das críticas apontadas à gestão autárquica local, uma crítica que é pública: a falta de visão estratégica.

Como disse, tivemos uma calamidade, sim senhor, e vamos então separar as questões: houve, ou não houve, efetivo e claro proveito? E digo «proveito» no bom sentido, no sentido de melhorar as condições de vida, de investir na ótica de melhorar e de criar infraestruturas, de criar condições para a empregabilidade, para a fixação das pessoas e para desenvolver a região. Ora, claramente, isso não aconteceu e acho que é notório.

Dentro de algum do trabalho que faço — não vou estar aqui a falar em nomes, mas é com pessoas com quem vou falando telefónica ou até presencialmente, seja com provedores, presidentes de Câmara da região ou mesmo empresários —, sente-se que se poderia ter feito muito mais para

além do que se fez e que a região acabou por perder uma grande oportunidade. Acabou por ser uma oportunidade perdida e a região continua com sérios problemas, muitos dos quais penso que sejam do conhecimento de todos vós.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Doutor, pedia-lhe que me confirmasse se atualmente exerce funções na vereação da Câmara de Pedrógão e se à data do incêndio exercia a função de Vice-Provedor da Santa Casa.

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Relativamente à questão do município, sim. Atualmente, exerço funções de vereador, isto desde a última semana de dezembro do último ano civil até à presente data, pelo PSD, em representação do Deputado José Manuel Gomes Marques.

Na altura, encontrava-me como Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande e aí acompanhei — aliás, todos nós acompanhámos — esta calamidade.

Digo até aqui uma coisa que foi notória na altura, que foi, efetivamente, a questão do voluntariado, porque o voluntariado foi uma coisa mesmo impressionante. As pessoas foram incansáveis. A questão do socorro nas aldeias, até pela própria Proteção Civil e pela própria Guarda Nacional Republicana — constantemente víamos carros a entrarem e a saírem —, foi uma coisa que foi mesmo meritória e de louvar, porque fizeram um trabalho mesmo exemplar e que tem de ser devidamente reconhecido.

Portanto, na altura, acompanhei essa situação na qualidade de Vice-Provedor da Santa Casa e, sim, atualmente exerço o cargo de vereador no município de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, apesar de termos conhecimento de que o Sr. Doutor não foi convocado nessa qualidade, aproveitando a presença de alguém que conhece bem o território, dadas as funções que exerceu e que exerce, para além da qualidade em que foi por nós convocado, aproveitaria para lhe colocar algumas questões.

A Lei n.º 108/2017 determina que o Governo adote as medidas necessárias à mobilização de verbas referidas no Decreto-Lei n.º 81-A/2017, no que concerne a medidas de prevenção e combate a incêndios.

Com este enquadramento questioná-lo-ia sobre medidas de reforço da prevenção e combate a incêndios. De que medidas de reforço da prevenção e combate a incêndios é que tem conhecimento ou tem a perceção que foram adotadas com este enquadramento no concelho de Pedrógão ou nos concelhos vizinhos?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, embora também já tenha passado pela direção dos bombeiros — também já fui vice-presidente e não foram tão poucos anos quanto isso — aquilo que percebo de Proteção Civil é por que fui acompanhando o meu sogro, que foi presidente dos bombeiros durante quase 20 anos e fala daqueles tempos em que faziam contrafogo nas serras, etc., mas não posso dizer aqui claramente

porque essa não é a minha área, não sou perito na área da proteção civil. Não sou nem nunca fui bombeiro; fiz parte dos órgãos sociais.

Se tiver a minha churrasqueira a arder, vou lá com um bocado de água e acho que consigo apagar, mas nesta questão de estar na frente combate desconheço completamente. Essa não é a minha área, nem de longe nem de perto, e é uma área que não pretendo sequer conhecer no sentido de ser interveniente direto, embora tenha deixado a possibilidade ao meu filho mais novo, que fez agora 15 anos e queria ser bombeiro, mas acho que prefere continuar na natação... Mas também, se fosse o caso, nunca me oporia a isso.

Portanto, aquilo de que tenho conhecimento efetivo do que foram os incêndios... Sou Diretor Pedagógico da Escola Profissional de Pedrógão Grande e na altura as ditas gravações... A escola, na altura, já desenvolvia um projeto de videovigilância, antes dos incêndios, com as corporações dos bombeiros da região. Estamos a falar de Castanheira, Figueiró e Pedrógão.

Naquela altura, calhou os alunos, juntamente com o formador da área técnica, estarem a montar o projeto de vigilância, que recebeu até uma menção de louvor do Sr. Primeiro-Ministro no concurso da Fundação Ilídio Pinho nesse ano, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que registou os incêndios, a deflagração dos incêndios. Mas, como disse, tirando isso, desconheço, ou seja, se estavam ou não os bombeiros bem preparados, se estavam precavidos, se agiram ou não a tempo.

Aquilo que digo e continuo a dizer, aquilo que foi o meu testemunho efetivo na altura é que foram situações irreais, nunca vistas por mim e que deflagraram de um momento para o outro. Aquilo parecia um rastilho por todo o concelho, e não só. Olhando de frente para Figueiró à distância, no horizonte, entrando mesmo para a zona de Castanheira de Pera, num raio de 180°, entrando mesmo por parte da Sertã, o céu escureceu por completo. É isso que tenho a dizer relativamente a este assunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Se calhar, ponho a pergunta de outra forma, porque não nos interessa como objeto desta Comissão a questão da tragédia dos incêndios.

Pergunto: tem perceção do reforço de verbas destinadas pelo Governo e pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia para a reposição de infraestruturas e para o reforço do dispositivo de combate a incêndios, ou não tem conhecimento?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Não, Sr. Deputado, não posso dizer que tenha conhecimento, porque não tenho. Se tenho alguma noção efetiva de algum reforço, ou do que seja, essa parte desconheço por completo. Nunca acompanhei de perto essa parte e desconheço completamente. Não posso estar aqui a afirmar uma coisa que não conheço.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — E relativamente à reposição de infraestruturas de comunicações? Penso que foi falada a questão da fibra ótica. Tem conhecimento desta questão?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, quanto à questão da fibra ótica, vou novamente buscar a questão da escola porque nós, no curso de informática, na altura, estivemos na primeira

implementação da fibra ótica na sede do concelho, que interligou os edifícios, inclusivamente o sistema de rede, na própria Corporação de Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande e que, depois, se interligou com a parte da videovigilância.

Esta é uma situação, relativamente à fibra ótica, e aquilo que foi falado, aquilo que acompanhei, aquilo que fui ouvindo, como penso que todos nós, na comunicação social, é a questão dos fios que deviam passar pelas condutas.

Já há muito tempo que se dizia que deveriam passar pelas condutas, mas até lhe posso dizer que junto à minha casa os fios continuam a passar entre as árvores e essa situação, pelo menos do que vejo nos sítios por onde passo, pela sede do concelho e noutros concelhos, continua a verificar-se e aquilo que na altura foi diagnosticado, apontado até como passível de correção, continua na mesma, embora algumas situações tenham sido atendidas. Dei por uma equipa, ao longo do IC8, que estava a passar tubagem pelas condutas, mas saber claramente o que foi ou não feito, para além disto, desconheço essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — E relativamente à reposição da cobertura da rede comunicações móveis?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, por muito que gostasse de lhe responder, também não consigo. Embora tenha tido funções no executivo, estamos a falar de uma situação em que só entrei na última semana do mês de dezembro e é uma situação em que, tirando

aquilo que foi constando na comunicação social e foi falado pelos Srs. Presidentes dos municípios, de vários municípios, e por técnicos que estiveram afetos a todo este processo, desconheço por completo o ponto da situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Relativamente aos apoios agrícolas, nos concelhos de Pedrógão, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos os agricultores tiveram apoios, se não me falha a memória, até 1053 € pela segurança social, acima de 5000 € pelo PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural) e entre estes dois valores através do Fundo REVITA.

Já no que concerne aos incêndios de outubro não foi este mecanismo através do Fundo REVITA, o qual, na sua formação, tinha essencialmente o apoio à reabilitação das habitações, as primeiras e, depois, em fase posterior, as segundas.

Como é que interpreta esta diferença de apoios relativamente a territórios que tiveram incêndios, no fundo, um flagelo, da mesma natureza?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, naturalmente posso ter uma opinião formada, mas volto a frisar que são processos que não acompanhei, são *dossiers* que não domino e da minha parte seria ingénuo estar este momento a pronunciar-me sobre questões que desconheço por completo, seria mesmo algo injusto para quem liderou estes processos. É uma situação que desconheço e sobre a qual não me posso

pronunciar, porque, neste momento, não estou em condições de ter toda a informação para o poder fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queria esclarecer o seguinte: todas as perguntas são possíveis, porque, desde logo, não se sabe o que o depoente sabe, o que não impede que diga que não sabe as vezes que foram necessárias.

Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Para terminar, conforme referi na pergunta anterior, houve um apoio aos agricultores, a reposição do potencial produtivo, que foi atribuído pelo Fundo REVITA, o qual tem na sua constituição, se não me falha a memória, que está essencialmente destinado a habitações, recuperação e apetrechamento de habitações, e depois permite outro tipo de apoios e foi por isso que foi utilizado.

Pergunto se tem conhecimento de segundas habitações que não foram recuperadas no concelho de Pedrógão e se as pessoas não viram esta expectativa defraudada, até porque, se calhar, o grosso dos apoios que o Fundo REVITA atribuiu foram apoios agrícolas e não àquilo que inicialmente estaria preconizado e previsto.

Pedia-lhe que comentasse e pergunto se tem este conhecimento de as pessoas se sentirem defraudadas nas suas aspirações.

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, mais uma vez estamos a falar de uma situação que não acompanhei.

Agora, sobre essa questão do que vai na opinião pública, naturalmente que houve sempre algum comentário de rua e também acabou por haver

relativamente a essa questão da equidade, da distribuição, sobre o que foi ou não priorizado, o que ficou em segundo plano... Claramente, gerou-se ali algum sentimento de revolta, mas um sentimento de revolta que acabou por não estar dissociado de um sentimento de que terá havido algum aproveitamento.

Mas, como disse, isto era o que ia na opinião pública. Houve pessoas que ficaram de fora, outras que talvez não tenha ficado... Mas, como disse, acabei por não acompanhar. Nunca acompanhei esta questão do REVITA nem das habitações. Como disse, isso é o que vai na mente do público em geral, das pessoas, quanto à questão de uma forma igualitária de tratamento relativamente a todas as situações.

Agora, este processo, na sua esmagadora maioria, foi liderado pelo REVITA e penso que, na altura, não estando fora do processo, pelos técnicos do município de Pedrógão Grande. De resto, tudo o que sei é o que temos ouvido e saiu na imprensa relativamente sobre esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a primeira ronda de perguntas do Grupo Parlamentar do PSD e passo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, quero começar por agradecer ao Sr. António Domingues a disponibilidade para prestar aqui as suas declarações e relembrar que esta Comissão de Inquérito tem por objeto a apreciação do processo de atribuição de apoios à recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos públicos e privados e da reposição do potencial produtivo da região, neste caso, no concelho de Pedrógão Grande.

Era bom que as nossas intervenções e perguntas se focassem neste assunto e que não nos dispersássemos. É um apelo que deixo.

Nesse sentido, gostaria de deixar-lhe três questões.

A primeira é se tem conhecimento de casos de aplicação indevida de apoios à recuperação de empresas em Pedrógão Grande.

A segunda é se tem conhecimento de como foi ponderada a avaliação e a atribuição de apoios à recuperação de empresas no concelho. Já sei que a sua associação não desenvolveu um papel ativo na atribuição destes apoios, nem da sua avaliação, mas é importante saber se as associações locais estavam informadas ou não destes processos.

A terceira questão é se considera que os apoios públicos, financeiros e técnicos concedidos em Pedrógão Grande foram suficientes e se a sua aplicação teve alguma irregularidade ao longo do tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, tal como disse ao seu colega, a associação empresarial não foi tida nem achada em nenhum destes processos.

Sobre se eu tinha algum conhecimento da aplicação indevida de apoios à recuperação de empresas, como disse, não tendo acompanhado o processo, desconheço por completo. Mesmo publicamente, não senti isso. A forma como foi analisada e a forma como foram atribuídos os apoios foi um processo relativamente ao qual estivemos completamente de fora, não acompanhei e, portanto, não me posso pronunciar.

Sobre se esses apoios foram suficientes, eu acho que nunca podemos dizer que os apoios são suficientes ou insuficientes. Não sei se o Sr. Deputado conhece o concelho de Pedrógão ou o norte do distrito de Leiria, mas, de facto, trata-se de

uma região que precisa mesmo de muito. E, quando falo de muito, não é, meramente, de uma questão de investimento é de massa humana. A situação, digo-o com toda a sinceridade, é a de que a região está a morrer. Para não ser aqui fatalista, no meio disto tudo, digo: a região está a morrer.

Agora, se todo o investimento é muito? Nunca é demais! Toda a ajuda é muita? Acaba por nunca o ser. Tudo aquilo que se puder fazer e contribuir para que a região não desapareça, de uma vez por todas, naturalmente, será sempre bem-vindo. Agora, há questões que têm de ser colocadas, talvez, de uma forma diferente, não sei. Mas não é a mim que me compete, naturalmente, pronunciar-me sobre isso.

Quanto à questão da aplicabilidade, acho que, na generalidade das situações, nós sabemos como são os meios pequenos... Que pela região, tal qual disse há pouco, poder-se-ia ter feito mais, talvez se poderia ter feito mais, mas também não estou aqui para julgar um autarca ou quem, efetivamente, teve direito a estes apoios, a estes subsídios. Se os apoios não foram aproveitados, a culpa é, naturalmente, de quem estava do outro lado, porque os apoios apareceram, os incentivos apareceram, as oportunidades surgiram. Agora, a região, Pedrógão, ou agarrou-os ou não agarrou. Fora isso, Sr. Deputado, não consigo ir para além disto que é o que vai no meu sentimento e na minha alma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Não tenho nenhuma questão adicional.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PCP, João Dias.

O Sr. **João Dias**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Presidente da Associação Empresarial Penedo do Granada e do Médio Zêzere, Dr. António Domingues, e, desde já, dizer-lhe que é um gosto conhecê-lo.

O PCP teve a iniciativa de solicitar a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em consideração o objeto desta Comissão e, principalmente, tendo em consideração que representa o conhecimento do tecido empresarial de uma região que foi afetada.

Naturalmente, o tecido empresarial deste território é o que é: micro, médios e pequenos empresários, muitos deles na área do comércio e dos serviços, mas, naturalmente, também existe muita gente ligada à terra e ligada às consequências que o incêndio acabou por acarretar para muitas pessoas.

Antes de lhe fazer as perguntas, não quero deixar de lhe colocar a perspetiva com que o PCP tem encarado esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Naturalmente, o PCP, nesta Comissão, tem tido uma preocupação com as pessoas, com as vítimas, e com o facto de elas poderem, eventualmente, ter ficado fora de apoios aos quais tinham direito.

O PCP não pactua, nem concorda com a existência de irregularidades. Elas devem ser apuradas e, sendo apuradas, existem órgãos e entidades próprios para resolver essas situações, nomeadamente em termos judiciais. Não estamos a julgar; estamos apenas a tentar apurar o que aconteceu.

Enquanto o PCP se preocupa com a possibilidade de alguém ter ficado de fora dos apoios, aquilo que o PSD tem manifestado e tem deixado bem claro nesta Comissão de Inquérito é que se preocupa em levantar a suspeição sobre as vítimas e é isso que devemos repudiar. De maneira nenhuma poderemos aceitar que se faça de uma situação... Aliás, o Sr. Presidente deixou aqui frases que são bastante importantes, ao referir o

facto de as pessoas estarem cansadas, estarem desgastadas, de não estarem crentes, de estarem com baixa autoestima e de como tudo se conjuga com os apoios que deveriam ter chegado.

Naturalmente, isso não deixa de ser preocupante, tendo em consideração que, entende o PSD, que estamos numa situação de homenagear, com esta Comissão, as vítimas de Pedrógão. De forma nenhuma, esta Comissão pode constituir uma homenagem a quem sofreu o que sofreu! Aliás, tal como disse, trata-se de matéria de extrema sensibilidade e, como tal, não estamos a falar de uma situação de homenagear com uma Comissão que levanta a suspeita sobre as vítimas. O momento que assombrou aquela população e aquelas gentes, portanto, é muito doloroso para todos.

Assim, o PCP, neste sentido, assume a responsabilidade de sempre de defender estes cidadãos até ao seu limite, naquilo que deve ser o ressarcir de perdas das quais não foram culpados, mas, sim, vítimas.

Nesse sentido, também solicitámos a presença da ex-Presidente da APFLOR para nos dar também um pouco o enquadramento e as consequências do incêndio para a produção florestal. Entendemos que também a Associação Empresarial Penedo do Granada e do Médio Zêzere nos pode dar um quadro daquilo que foram perdas.

Tendo em consideração que aquilo com que o PCP se preocupa é, precisamente, com o facto de poder ter havido prejuízos que não tenham sido devidamente ressarcidos, a primeira questão que lhe faço, Sr. Presidente, é a seguinte: qual é o balanço que faz do estado do território, da floresta e do tecido empresarial, três anos após este grande incêndio?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado João Dias, antes de mais, na qualidade de Presidente da entidade que aqui represento, deixo o meu claro agradecimento por nos envolver neste processo.

Independentemente de se tratar de uma sessão de inquirição, trata-se de um processo de construção, no sentido de também tentar aqui repor alguma verdade, se não uma esmagadora parte daquilo que se entende como sendo a verdade, e, naturalmente, também aqui evitar danos maiores relativamente à questão da equidade do tratamento que foi dado à região.

Mas, acima de tudo, trata-se de retomar a verdade dos acontecimentos e, dentro de tudo o que possa ser feito, naturalmente, deixo também um apelo a todos os presentes, dentro daquilo que também é o vosso papel e são as vossas influências, no bom sentido, para que tudo o que possam fazer para e com a região, encarecidamente, o meu apelo é que o façam, se assim o puderem e acharem que o devam fazer.

Acho que é um dever e uma obrigação, e bem merecido, não só para com Pedrógão, mas para com toda a região, porque tem sido uma região muito esquecida, muito castigada, muito fustigada, muito penalizada e acho que, efetivamente, faz sentido dizer que ainda vamos a tempo de tentar inverter muito daquilo que está a acontecer naquela região.

Sr. Deputado, o balanço do território é, fora aquilo que eu disse, um balanço tristonho... Recordo-me, claramente, nas minhas viagens, e isso é fruto de ter um pai e dois filhos que são nadadores e nadam em Coimbra, pela Académica, não é que sejam da Académica, pois um é do Porto, o outro acho que ainda é da Académica, contra a vontade da mãe, mas...

Risos.

Somos uma família democrática... Um até é do Bloco de Esquerda, acho eu, a mulher é do PS, o outro é do PSD, mas, pronto, é uma família muito

democrática nesse sentido. Da CDU, por enquanto, só se o mais novo for nesse caminho. Mas também não vou impedir que isso aconteça, pelo contrário!

Risos.

Mas, Sr. Deputado João Dias, eu recordo-me, pouco depois dos incêndios, de olhar para toda a parte da área envolvente e era um escuro, um negro... Na altura, até hesitei em trazer lá os parceiros internacionais, no âmbito de um programa Erasmus, porque a zona, tirando toda esta parte anímica ou falta de anímica, toda esta carga negativa em volta da psique das pessoas, se, depois, olhássemos à nossa volta, tudo estava negro, triste, tudo ardido.

Para uma pessoa como eu, que já conhecia a zona com o verde, a água, o sol, mesmo hoje, eu digo: é triste passar pela região! E, quando estou a falar na região, estou a falar até na ligação entre a A13 e o IC8, ou mesmo indo para dentro, olhar para tudo aquilo que está à nossa volta...

Por exemplo, os eucaliptais estão a surgir novamente; há falta de limpeza, e, talvez, haja ali também muita culpa dos proprietários; há falta de sensibilização; há falta de mobilização; há falta de liderança... Isso também é outra coisa que digo sempre: não podemos estar eternamente, e a região tem de perceber isso, a culpabilizar o poder central porque, à exceção das sinergias político-partidárias da zona, temos trabalhar em objetivos comuns, de uma forma solidária e tem de haver, efetivamente, uma liderança forte e crente que pode marcar a diferença com o intuito e a perspetiva de, aí sim, mobilizar as pessoas e fazer as pessoas creiam que, de facto, também têm de assumir o ónus das suas responsabilidades.

Como disse, todos nós nos temos de colocar no mesmo barco, nesse sentido, e todas as partes têm a sua quota-parte de responsabilidade.

Voltando à sua questão inicial, Sr. Deputado, sobre se as coisas estão diferentes ou poderiam estar melhores do que aquilo que estavam em 2017,

posso dizer-lhe que não creio que estejam assim tão melhores quanto isso. É notória alguma limpeza, mas para quem passa, e eu passo diariamente, pelo IC8 e pela A13, relativamente àquilo que foi o testemunho pós-incêndio, muito disso continua, infelizmente, visível na nossa área envolvente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. João Dias: — O senhor disse, na sua introdução inicial, que o tecido empresarial e comercial está a desaparecer pela contingência do abandono e do envelhecimento. Disse até mesmo, posteriormente, que a região está a morrer.

Na apreciação que faz, quando falamos de ajudas, naturalmente, para ajudar, temos de perceber o que tínhamos antes. Temos de saber e conhecer o que vamos apoiar, com que meios e que apoios temos e, depois, ver o que é que foi concretizado, efetivamente, no terreno e se os apoios foram ajustados.

A avaliação que fazemos é que foram mais as perdas a ajustarem-se aos apoios do que os apoios a ajustarem-se às perdas. Esta é a avaliação que o PCP tem feito aqui e julgo ter ficado claro, nas sucessivas audições — vamos na décima —, que tem sido sucessivamente verbalizado, por parte da generalidade dos depoentes, que as perdas se foram ajustando aos apoios que foram dados.

Tendo em consideração que um território não morre de um dia para o outro, a não ser com uma catástrofe como esta, que é uma facada muito grande no futuro de uma região como esta — daí a importância e a relevância de se apoiar o restabelecimento quer seja na área agrícola, florestal, pecuária, quer seja na indústria, no turismo, até mesmo nos serviços públicos —, a questão que lhe faço é se um território vai morrendo aos poucos, qual a

apreciação que faz das causas pelas quais esse território chega a essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, isso é uma pergunta muito difícil e a resposta não é fácil. Aliás, posso dizer-lhe aqui, claramente — disse-o no início da minha intervenção —, que o meu sogro foi o primeiro presidente administrativo depois do 25 de Abril e, desde então, até ao atual presidente de câmara, conheci-os todos. Trabalhei com alguns, com todos naturalmente não, mas de uma forma indireta até acabei por fazê-lo. O que foi sempre dito foi era que esta era uma região esquecida, que ninguém se preocupava com a zona do pinhal, que, com os programas operacionais, lavavam daí as mãos e que essas regiões ficavam de fora da possibilidade de conseguirem apoios efetivos.

Houve, inclusive, e acompanhei alguns planos de elementos estratégicos, matrizes SWOT, o que era delineado ou traçado como sendo os processos que deveriam ter sido tomados em conta para inverter estas tendências do abandono, da desertificação, das taxas de natalidade, para levar à fixação e ao desenvolvimento.

Tudo isso foi falado e continua a ser falado e vai-se falando. Mas é uma situação que, embora não goste muito de utilizar este termo, é uma pobreza de espírito, mas não é no mau sentido... Estamos a falar de pessoas com determinado nível de humildade, pessoas muito educadas, pessoas que ainda são muito obedientes na forma de estar. O Sr. Deputado deverá saber isto, uma pessoa passa e vai a uma pequena aldeia e ainda é «Tu para aqui e tu para lá...», até porque eu também não pactuo muito com a questão dos formalismos, mas as pessoas conhecem-se e conhecem-se muito bem. Mas isso só por si não chega.

Por exemplo, agora, na questão do futuro parque empresarial de Pedrogão Grande, efetivamente, até numa das reuniões de câmara... Aliás, fiz parte do executivo que esteve na compra dos terrenos da freguesia da Graça e da freguesia de Pedrogão, sendo, na altura, o Dr. José Manuel Gomes Marques o Presidente do Município.

Na zona industrial de Pedrogão, portanto até o novo parque e a nova ampliação estarem concluídos, um dos reptos e um dos apelos que foi, naturalmente, tido em consideração e que fiz questão de comunicar ao Sr. Presidente não foi uma questão da pressa de ocupar os espaços que estão libertos neste momento; a questão é, primeiro, a de saber o que queremos, o que a região quer, o que a região pretende e ter plena noção das sinergias, das mais-valias da região, o que a região tem para oferecer, o que se pretende para aquele espaço, e a elaboração de um regulamento devido.

Uma das críticas que é apontada muitas vezes, quando falo com os empresários e os comerciantes, claramente, tem a ver com a questão de saber: em que sentido vai o apoio? No sentido de os apontar, embora, por vezes, nem sempre com essa abertura, para eventuais investimentos.

Neste momento, até temos uma tendência recente de jovens formados, como um jovem do Instituto Superior Técnico de Lisboa, de Engenharia Aeroespacial, que optou por voltar para a região, porque o pai tem uma empresa na área florestal na Sertã. Ele vai viver para Pedrogão Grande, vai continuar a laborar com a empresa em Lisboa, vai tentar desenvolver a atividade lá — aconteceu-lhe a mesma coisa do que mim, que acabei por conhecer a minha mulher em Pedrogão Grande e acabei por lá ficar —, a atual namorada é de Pedrogão Grande, também é licenciada e também estava a trabalhar em Lisboa.

Penso que, neste momento, também há alguma procura efetiva e um inverter de uma situação de sair — pelo menos em alguns casos — dos

grandes centros para as pequenas ruralidades. Agora, isto tem de ser alimentado, tem de ser trabalhado, tem de haver incentivos.

Sr. Deputado, temos aqui um outro problema, o problema do hospital dos Covões, porque se fala em fechar o hospital. O hospital do Avelar vai fechar ou não? Nós, a nível de saúde, neste momento, em Pedrogão Grande... Ainda há dias eu e a minha esposa, eram 10 da noite, tivemos de ir às urgências aos hospitais de Coimbra. Saí de lá eram 2 ou 3 da manhã. Ou seja, não é só a questão de falarmos em tudo isto, como conseguimos inverter a questão dos apoios, dos subsídios, a qualidade de vida, mas depois falta tudo o resto. Se a pessoa tiver uma urgência, desde que sai de Pedrogão e chega a Coimbra, às tantas já vai completamente desta para outra – aliás, conheci situações dessas.

Portanto, é possível fazer muito mais. Agora, também tem de haver, naturalmente por parte de quem lidera os processos, sensibilidade. Quando falo de sensibilidade é a de conhecer a região. O que estava há pouco a dizer, tendo essa oportunidade, por favor, visitem a região — não falo só de Pedrogão — e vejam qual o estado. Quando falo da questão de um eventual desaparecimento, é verdade! Só no concelho de Pedrogão Grande, basta olhar para a taxa média, diria que talvez 70 ou 80% das pessoas estão acima dos 50 ou 60 anos de idade. Sobre a taxa de natalidade, talvez no último ano tenha nascido uma criança, por isso é que digo que isto é extremamente alarmante para uma região lindíssima, para quem a conhece, como a zona de albufeira que, aliás, até fornece a água e a energia da EDP para Lisboa. Portanto, a região tem muita coisa para oferecer.

Naturalmente, isso também se enquadra dentro da estratégia, tirando a questão agrícola, com estas novas tendências e novos nichos de mercados — os mirtilos, os espaços para a produção de fruta de que falámos há pouco, a apicultura de que também falámos, até as plantas medicinais. Os estrangeiros estão, neste momento, a apoderar-se da região. As plantas medicinais é algo

que está a ser muito bem explorado e o turismo rural acho que, neste momento, está em voga.

Há muita coisa que pode ser feita e enquadrada dentro do funcionamento da região e do que região pode proporcionar e aí, sim, talvez dar-lhe algum rumo e algum futuro. Porque isto preocupa-me muito, Sr. Deputado! Quando olhamos para os números — e os números não enganam —, de facto, a principal ameaça tem que ver com a situação de reposição da população. Isto não é só de agora, isto já vem de há mais de 30 anos. Está a falar-se eternamente nesta questão, mas, até à data, não vi nada que tenha invertido essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — O problema é precisamente esse, Sr. Presidente. Não se vê nada que inverta essa situação, porque, de facto, a pergunta não é assim tão difícil e a resposta ainda é mais fácil do que a pergunta, porque quando o Estado não dá o exemplo, naturalmente que o investimento privado também tem alguma dificuldade em concretizar-se.

A verdade é que, os serviços públicos, perdendo-se como se têm perdido — aliás referiu-os até na área da saúde, mas há outros mais —, são importantíssimos para fixar as gentes nos territórios. É isto que é preciso também perceber-se antes dos incêndios: as causas dos incêndios estão ligadas ao abandono. Não se pode cuidar da floresta nem dos territórios sem gentes! Era por isso que lhe estava a pôr esta questão, precisamente para dizer que são as opções políticas que sucessivamente os governos têm tomado que têm alimentado toda esta situação.

Por isso mesmo, quero questioná-lo se pode dizer-nos se há algum serviço público que existia à data e que tenha sido encerrado, se há algum serviço público que tenha sido reaberto e que faça falta.

Uma outra questão que quero fazer tem que ver com a área dos apoios que foram dados. Na área da agricultura houve o enquadramento que já aqui foi dado até aos 1053 €. Acima dos 5000 €, sendo através do PDR, nomeadamente estamos a falar de fundos da Política Agrícola Comum, são fundos públicos na mesma, são fundos que o Estado, neste caso o Governo, deverá apoiar. Naturalmente, têm outra origem, mas são encarados como fundos públicos e devem ser bem geridos.

Ora, uma coisa é geri-los e distribuí-los bem, outra coisa é tentar criar condições de obstaculizar o acesso a esses fundos. Isso é que é o importante desse escalonamento que foi feito, porque um agricultor com perdas de 10 000, 12 000 ou 8000 €, ou seja, com perdas superiores a 5000 €, tinha um processo altamente burocrático para aceder a esses fundos. É isto que importa saber, Sr. Presidente: conhece alguém que tenha ficado de fora, ou seja, que tenha internalizado os seus prejuízos, deixando de candidatar-se ao que, efetivamente, perdeu — enfim, aos 8000, 10 000, 12 000 ou 15 000 € — pelo facto de o processo ser complexo e se tenha candidatado aos 5000 € por ser simplificado ou direto?

Também na área empresarial, não tendo este enquadramento em termos de apoios, tem conhecimento de algum empresário ou de alguém, nomeadamente no turismo rural, que tenha tido perdas e que as tenha internalizado por não ter tido os apoios suficientes?

Numa área muito específica de que falou, a apicultura, houve apoios, houve perdas, houve prejuízos para os apicultores? Que apoios tiveram? Que acesso a ajudas tiveram para efeitos de reposição do seu potencial produtivo e, também, da produção que tinham à data?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, vamos dividir isto, naturalmente, em duas situações.

No que tem que ver com a parte dos serviços, o concelho de Pedrogão, com sabe, já de longa data, de que se fala — e depois, isto vai para a praça pública, porque é um meio pequeno — que as finanças vão fechar mas até à data, felizmente, ainda não encerraram —, ou que a segurança social também vai fechar ou irá ser alocada para outro sítio, mas até à data, pelo menos, continua em Pedrogão, e também se falou que a Guarda Nacional Republicana iria sair, mas continua em Pedrogão.

Para responder à sua questão, no que tem que ver com os serviços públicos, no nosso concelho propriamente dito, para já, mantêm-se tal e qual. Falou-se, sim, — não é de agora porque ouço falar disto já não sei há quanto tempo — da questão da Loja do Cidadão, mas, até data, continua a falar-se de cor e a Loja do Cidadão ainda não apareceu, até porque isso implicou a mudança da Junta de Freguesia para um outro espaço. O que é que isso implicará ou não? Isso vai ou não colidir com os serviços que estão, neste momento, em Pedrogão Grande? Também não sei dizer-lhe se vão ou não colidir ou comprometer ou pôr em causa a sua continuidade. Não sei dar-lhe esta resposta. Efetivamente, só e quando — e não sei quando — estiver em funcionamento, saberemos concretamente ramificações ou implicações para os serviços públicos no nosso concelho.

O que posso também dizer ao Sr. Deputado e que tem sido uma política tentar inverter — embora possamos fazer várias leituras, não farei aqui nenhuma leitura política —, *a priori*, um dos procedimentos das autarquias da região, naturalmente na questão de abrir concursos para as câmaras no sentido de tentar fixar o maior número de pessoas e potencializar algumas oportunidades devidas. Posso dizer claramente o que tem havido no município de Pedrogão Grande: houve uma primeira fase e uma segunda fase que, no espaço de um ano ou ano e meio, se o novo organograma for

aprovado, estamos a falar de um número significativo de novos funcionários que terão entrado para o município. Como disse, com o intuito de — é a leitura que faço — tentar fixar pessoas no nosso concelho.

Relativamente à parte da apicultura, como já disse a esta Comissão, por acaso conheço dois apicultores, um deles foi um dos fundadores, antigo presidente e empresário em Pedrógão Grande, que muito se dedicou a este setor e um outro senhor de Castanheira de Pera — e desculpem-me por este aparte, mas que recentemente conseguiu o 9.º ano de escolaridade com um processo RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), por quem estou muito contente — que também se dedica ao setor e que faz parte de um grupo que está a desenvolver esta atividade.

Relativamente à questão dos fundos ou dos apoios, Sr. Deputado, essa é uma situação que não acompanho. Penso que, mais facilmente, a associação de produtores florestais poderá ser muito mais esclarecedora do que eu relativamente à afetação desses fundos e desses apoios quanto a estes segmentos de mercado, sejam eles o florestal ou mesmo o agrícola. Quanto a isso não posso adiantar muito mais.

Não sei se respondi à sua pergunta, mas isto é o que sei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria apenas cumprimentar o nosso depoente, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, agradecer-lhe por todas as

respostas que deu e dizer-lhe que, para além das questões a que já respondeu, não temos mais questões a colocar.

Agradecemos os esclarecimentos que nos deu, os quais, obviamente, estão limitados à razão de ter sido convocado a cá vir, se bem que para além disso já nos deu outras informações relativamente a demais funções que desempenhou ou que desempenha, que nem sequer estavam na convocatória.

Queria, portanto, agradecer-lhe muito por isso.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Conheci a Dr.^a Cristas, em tempos... isto não é para dizer que sou do CDS...! Estou a brincar... o que não quer dizer que não seja!

Risos.

Mas também posso dizer-vos, agora em *off*, que na altura em que estava no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas... Isto não fica gravado, pois não?

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Aqui não há *off*.

Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Ainda cheguei a cá estar com o Prof. Adriano Moreira e com o Prof. Narana Coissoró, que, inclusive, foi quem acompanhou a minha tese de mestrado, na altura. Isto para dizer que não deixo de ter alguma ligação com estes senhores, com quem tive uma enorme experiência na Junqueira, isto numa altura em que vim do Canadá para estudar em Portugal, pela mão da embaixada em Toronto, e foi a minha primeira experiência universitária. Estou a falar dos antigos mestrados, não estou a falar de Bolonha. Aquilo foi interessante. Foi

duro, mas foi bom e ainda cheguei a estar com ele aqui, na Assembleia da República.

Na altura, também conheci o Dr. Paulo Portas, que esteve num debate muito interessante em Pedrógão e que muito teve a ver... Ainda foi com o Dr. Monteiro, nos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande, já lá vão uns anos... Isto não é para dizer que sou velho, mas para lá todos caminhamos. Os cabelos brancos são por outra coisa; são mais pela esposa e pelos filhos e dá nisto!

Ainda me lembro desse tempo, no salão nobre dos bombeiros, do Dr. Paulo Portas e do Dr. Paulo Monteiro numa iniciativa promovida pelo *Notícias do Pinhal*, onde se debateu a questão do desenvolvimento da região e do concelho. Mais uma vez reforço o meu apelo no sentido de haver futuras iniciativas que permitam conhecer melhor a região e debatê-la, em parceria clara com os agentes que têm um papel mais interveniente nos destinos e no futuro da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Deputado, e, por favor, sempre que entenda, disponha.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Fica aqui a esperança do CDS em relação ao filho que resta, salvo seja...!

Terminada esta ronda de perguntas, subsiste uma inscrição do Sr. Deputado Relator, Jorge Paulo Oliveira, que, como sabem, nos termos que nos regem, tem 2 minutos para intervir.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira (PSD)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputados, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, procurámos apurar e fazer uma avaliação dos apoios concedidos na decorrência dos incêndios de junho de 2017.

No que diz respeito aos apoios às empresas, poderemos afirmar que existiram, ou que foram previstos e criados, quatro tipos de apoios, isto se excluirmos as empresas do setor agrícola e florestal.

O primeiro programa é o REPOR (Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas), através de incentivos não reembolsáveis, tutelado pela Comissão de Recuperação e Desenvolvimento Regional. Não lhe vou fazer perguntas sobre isto porque já foram feitas.

Há um segundo programa, que é o ATRAIR, também através de incentivos não reembolsáveis, na tutela do IAPMEI, I.P. (Agência para a Competitividade e Inovação), sobre o qual também não irei fazer perguntas pois já foram feitas.

Há um terceiro programa, mais propriamente uma linha de crédito de apoio específico ao turismo e, neste âmbito, pergunto-lhe: do seu conhecimento enquanto presidente da associação empresarial de Pedrógão Grande, que avaliação faz, se é que a pode fazer, desta linha de apoio específico de promoção do turismo?

Depois, há uma quarta linha de apoio que consiste num programa específico de apoio à formação profissional e emprego, um apoio financeiro para a criação de postos de trabalho que, e cito a portaria, «tem como objetivo apoiar a contratação de pessoas em situação de desemprego diretamente causada pelos incêndios ou residentes nos concelhos afetados, através de adaptações à medida Contrato-Emprego».

Tendo em conta a condição do nosso depoente como presidente da associação empresarial de Pedrógão Grande, pergunto: que avaliação faz, se é que está em condições de a fazer, relativamente a este programa de apoio à formação profissional e emprego?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sr. Deputado, aquilo de que posso falar é, meramente, da experiência da associação empresarial e daquele que tem sido o nosso papel.

Trabalhamos muito em três vertentes: uma, tem a ver com o PO ISE, na questão da formação modular, e eu até diria que trabalhamos num raio muito interessante, na sua esmagadora maioria com IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e algumas câmaras. Estou a falar num raio — não sei se conhece a região — que vai de Proença a Nova até ao litoral. É um raio muito interessante...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não conheço, certamente, na mesma dimensão em que o Sr. Doutor conhece.

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Na nossa atividade na área do PO ISE, trabalhamos de forma articulada e protocolar com outras entidades. Hoje, antes de vir para aqui, ainda fui assinar dois protocolos. Um com a Pinhal Maior, que é a congénere da Pinhais do Zêzere — não é nossa concorrente, é nossa vizinha — e que engloba a Sertã, Proença, Oleiros e Vila de Rei, no sentido de estabelecermos uma parceria, até no âmbito da nova candidatura ao PO ISE na área da formação modular.

Temos trabalhado muito, inclusive, com a área da consultoria de apoio às pequenas e médias empresas, com a Confederação do Turismo de Portugal e com o CEC (Conselho Empresarial do Centro) de Coimbra, muito direcionado com a questão da consultoria no apoio às pequenas e médias empresas.

Fora do nosso âmbito e na nossa área de ação, diria, até com alguma mágoa, que tivemos um programa aprovado, o Portugal Inovação Social, que permitiria, pelo menos, a criação de seis incubadoras, que perdura no tempo... Naturalmente, estamos agora num momento em que teve de se alocar, por causa da questão dos dinheiros, da transição de quadros e dos *overbookings*, pela informação que já tive... Por falta de articulação, não sei, porque ao nível da inovação social da região centro, sempre mantivemos uma linha aberta e, por aquilo que depois nos acabámos por perceber, entre a técnica e quem liderou o processo, houve ali não sei que tipo de troca de informações... A questão é que quando aquilo veio para Lisboa... Podemos muito bem esquecer, porque era uma oportunidade de ir ao encontro de seis jovens, possivelmente até do ensino profissional, em espaços que iam ser criados para o efeito, em articulação clara com os agentes locais, até eventualmente com a Câmara e com a escola, podendo proporcionar uma possibilidade efetiva de criar seis situações que iriam ao encontro da implementação de seis empresas.

Sr. Deputado, para além disto, relativamente à questão do programa de apoio ao turismo, desconheço. Isto, embora trabalhe muito com organismos na área do turismo rural, e não estou só a falar de Pedrógão, mas também de Oleiros, em particular. Aliás, no âmbito da ação PME trabalhámos com a Sertã, com Oleiros e com Pedrógão. Com Figueiró não conseguimos, mas também não houve grande abertura, e em Castanheira de Pera também não, mas, pelo menos, conseguimos desenvolver essa ação com três concelhos e 10 entidades foram abrangidas.

Na questão da formação profissional e emprego...

O Sr. Jorge Paulo Oliveira (PSD): — Adaptação, adaptação!

O Sr. Dr. **António José Figueira Domingues**: — Sim, adaptação, mas também nessa área., não fomos nós que desenvolvemos esse processo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela resposta.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, desta forma, fica terminada audição de hoje.

Antes de mais, resta-me agradecer ao Dr. António Domingues pela sua presença e pelo voluntarismo com que tentou responder a todas as questões. Mesmo quando quase se antecipava que não sabia, os Srs. Deputados não deixaram, e bem!, de tentar apurar os factos de que tinham conhecimento. Agradeço também aos Srs. Deputados pelas perguntas que colocaram.

Recordo que a próxima audição, na terça-feira, terá início com o Grupo Parlamentar do CDS, porque hoje houve uma alteração e em função disso na próxima audição será o CDS a iniciar.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 31 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.